



**ABERTURA - CONCURSO Nº 02/2026, DE 6 DE JANEIRO
DE 2026**

01. Surgimento e evolução da Internet: dilemas humanos na sociedade digital
02. Redes digitais e mídias sociais na contemporaneidade
03. A produção da informação na sociedade reticular
04. O capitalismo cognitivo, trabalho imaterial e criação de valor na sociedade contemporânea
05. As implicações culturais, sociais e deontológicas da transformação mediática: cultura da convergência, plataformização e mediação algorítmica.
06. O impacto da comunicação digital na vida privada e na vida pública.
07. Inteligência Artificial, o futuro do trabalho e das relações humanas.
08. Política, cidadania e ativismo na sociedade da informação
09. Os sistemas políticos (democráticos e autocráticos) sob o impacto das tecnologias em rede

10. Partidos políticos, ideologias e abordagens narrativas em sistemas democráticos e autocráticos
11. Comunicação pública, comunicação no setor público e suas interações com a sociedade.
12. Relações governamentais, lobby, advocacy e a sua integração pela narrativa com Comunicação e Relações Públicas.
13. Espaço público, opinião pública e cultura política
14. Cultura política, direitos políticos e grupos de pressão
15. Legislações brasileiras e internacionais dos ambientes digitais

Conjunto de disciplinas que integram a área de conhecimento:

CRP-0428: Comunicação Digital e Novas Mídias

CRP-0537: Introdução à Ciência Política

Bibliografia:

BOBBIO, N. Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Ed. Unesp; 1995.

BOBBIO, N. Teoria geral da política. São Paulo: Atlas, 2000.

CASTELLS, Manoel. A sociedade em rede. 24ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

CASTELLS, Manoel. O poder da comunicação. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

CASTRO, Daniela. Advocacy: como a sociedade pode influenciar os rumos do Brasil. São Paulo: SG-Amarante, 2016.

CASTILLO E., A. Lobby e comunicação: lobismo como estratégia comunicativa. São Paulo: Difusão, 2013.

FARIAS, Luiz Alberto de Farias. Opiniões voláteis: opinião pública e construção de sentido. S. B. do Campo: Editora Metodista, 2019.

HAN, Byung-Chul. No enxame: perspectivas do digital. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

HAN, Byung-Chul. Não-coisas: reviravoltas do mundo da vida. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.

HAN, Byung-Chul. Infocracia: digitalização e a crise de democracia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.

GALVÃO, E. Fundamentos de relações governamentais. Brasília/DF: Clube de Autores, 2016.

GIANTURCO, A. A ciência da política: uma introdução. São Paulo: Forense, 2020.

JEKINS, Henry. Cultura da convergência. 3ª ed. São Paulo: Editora Aleph, 2022.

JOSGRILBERG, F.; LEMOS, A. Comunicação e mobilidade: aspectos socioculturais das tecnologias móveis de comunicação no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2009.

NASSAR, P; PARENTE, C. Lobby e Comunicação: a integração da narrativa como via de transformação. São Paulo: Aberje Editorial 2020.

PIMENTA, L. Relações públicas governamentais: teoria e prática no executivo municipal. Viçosa-MG: Editora UFV, 2013.

PRZEWORSKI, A. Crises da democracia. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

SCHUMPETER, J. Capitalismo, socialismo e democracia. São Paulo: Edunesp, 2017.

O concurso será regido pelos princípios constitucionais, notadamente o da impessoalidade, bem como pelo disposto no Estatuto e no Regimento Geral da Universidade de São Paulo e no Regimento da Escola de Comunicações e Artes

1. Os pedidos de inscrição deverão ser feitos, exclusivamente, por meio do *link* <https://uspdigital.usp.br/gr/admissao> no período acima indicado, devendo o candidato preencher os dados pessoais solicitados e anexar os seguintes documentos:

I – memorial circunstanciado, em português, e comprovação dos trabalhos publicados, das atividades pertinentes ao concurso e de informações que permitam avaliação de seus méritos, em formato digital;

II – prova de que possui título de **Doutor, na área de Ciências Humanas ou Ciências Sociais Aplicadas**, outorgado pela USP, por ela reconhecido ou de validade nacional;

III – prova de quitação com o serviço militar para candidatos do sexo masculino;

IV – certidão de quitação eleitoral (que ateste estar quite) ou certidão circunstanciada emitidas pela Justiça Eleitoral há menos de 30 dias do início do período de inscrições;

V – documento de identidade oficial;

VI – diploma de graduação em quaisquer das seguintes áreas de conhecimento: Comunicação Social e suas Habilitações – Relações Públicas, Publicidade e Propaganda, Jornalismo; Bacharelado em Relações Públicas; Bacharelado em Publicidade e Propaganda; Bacharelado em Jornalismo; Bacharelado em Ciências Sociais; Bacharelado em Ciência Política, outorgado pela USP, por ela reconhecido ou de validade nacional, que deve ser inserido no campo destinado à comprovação de formação especificada em edital;

§ 1º - Por memorial circunstanciado referido no inciso I, entende-se a apresentação de análise reflexiva sobre a formação acadêmica, as experiências pessoais de estudo, trabalhos, pesquisas, publicações e outras informações pertinentes à vida acadêmica e profissional, indicando motivações e significados.

§ 2º - Elementos comprobatórios do memorial referido no inciso I, tais como maquetes, obras de arte ou outros materiais que não puderem ser digitalizados deverão ser apresentados até o último dia útil que antecede o início do concurso.

§ 3º - Não serão admitidos como comprovação dos itens constantes do memorial *links* de Dropbox ou Google Drive ou qualquer outro remetendo a página passível de alteração pelo próprio candidato.

§ 4º - Para fins do inciso II, não serão aceitas atas de defesa sem informação sobre homologação quando a concessão do título de Doutor depender dessa providência pela Instituição de Ensino emissora, ficando o candidato ciente de que a ausência de comprovação sobre tal homologação implicará o indeferimento de sua inscrição.

§ 5º - Os docentes em exercício na USP serão dispensados das exigências referidas nos incisos III e IV, desde que tenham comprovado a devida quitação por ocasião de seu contrato inicial.

§ 6º - Os candidatos estrangeiros serão dispensados das exigências dos incisos IV e V, devendo comprovar que se encontram em situação regular no Brasil, por ocasião da realização das provas.

§ 7º - O candidato estrangeiro aprovado no concurso e indicado para o preenchimento do cargo só poderá tomar posse se apresentar visto temporário ou permanente que faculte o exercício de atividade remunerada no Brasil.

§ 8º - No ato da inscrição, os candidatos com ou sem deficiência poderão informar a necessidade de recursos específicos para a realização das provas, devendo anexar laudo médico emitido há no máximo 2 (dois) anos, redigido em língua portuguesa ou acompanhado de tradução juramentada, em que conste de forma clara a necessidade de adaptação.

§ 9º - É de integral responsabilidade do candidato o *upload* de seus documentos no campo específico indicado pelo sistema constante do *link* <https://uspdigital.usp.br/gr/admissao>, ficando o candidato ciente de que o *upload* de documentos em campo diverso poderá implicar o indeferimento de sua inscrição, caso reste comprometida a análise da documentação.

§ 10 - É de integral responsabilidade do candidato a apresentação de seus documentos em sua inteireza (frente e verso) e em arquivo legível, ficando o candidato ciente de que, se não sanar durante o prazo de inscrições eventual irregularidade de *upload* de documento incompleto ou ilegível, sua inscrição será indeferida.

§ 11 - Não será admitida a apresentação extemporânea de documentos pelo candidato, ainda que em grau de recurso.

§ 12 - No ato da inscrição, o candidato que se autodeclarar preto, pardo ou indígena manifestará seu interesse em utilizar o sistema de pontuação diferenciada.

§ 13 - Para que faça jus à bonificação a candidatos autodeclarados pretos e pardos, o candidato deverá possuir traços fenotípicos que o caracterizem como negro, de cor preta ou parda.

§ 14 - A autodeclaração como preto ou pardo feita pelo candidato que manifestar seu interesse em participar da pontuação diferenciada será sujeita a confirmação por meio de banca de heteroidentificação.

§ 15 - Na hipótese de não confirmação da autodeclaração de pertença racial, o candidato será eliminado do concurso e, se houver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ao

serviço ou emprego público, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

§ 16 - Para confirmação da autodeclaração do candidato indígena será exigido, no ato da inscrição, o Registro Administrativo de Nascimento de Indígena - Rani próprio ou, na ausência deste, o Registro Administrativo de Nascimento de Indígena - Rani de um de seus genitores.

§ 17 - Situações excepcionais poderão ser avaliadas pelo Conselho de Inclusão e Pertencimento, que poderá admitir a confirmação da autodeclaração do candidato como indígena por meio de, cumulativamente, memorial e declaração de pertencimento étnico subscrita por caciques, tuxauas, lideranças indígenas de comunidades, associações e/ou organizações representativas dos povos indígenas das respectivas regiões, sob as penas da Lei.

§ 18 - As normas vigentes para apresentação dos documentos referentes à autodeclaração como preto, pardo e indígena, bem como para sua confirmação, estão disponíveis no site da Secretaria Geral da USP (<https://secretaria.webhostusp.sti.usp.br/?p=12343>).

§ 19 - Para fins do inciso III, serão aceitos os documentos listados no art. 209 do Decreto Federal nº 57.654/1966, ficando dispensados de fazê-lo os candidatos do sexo masculino que tiverem completado 45 (quarenta e cinco) anos até o dia 31 de dezembro do ano anterior ao período de abertura de inscrições.

§ 20 - No momento da solicitação de inscrição, o candidato deverá assinalar a concordância com os termos que constam neste edital, bem como declarar que aceita que os seus dados pessoais, sensíveis ou não, sejam tratados e processados de forma a possibilitar a efetiva execução do concurso público, com a aplicação dos critérios de avaliação e seleção, autorizando expressamente a divulgação de seus nomes e notas, em observância aos princípios da publicidade e da transparência que regem a Administração Pública e nos termos da Lei nº 13.709/2018.

§ 21 - Somente serão analisadas pela Congregação as inscrições devidamente submetidas em conformidade com os termos deste Edital.

2. As inscrições serão julgadas pela Congregação da Escola de Comunicações e Artes, em seu aspecto formal, no prazo máximo de 90 (noventa) dias após o fim do período de inscrição, publicando-se a decisão no Diário Oficial do Estado no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 1º - O concurso deverá realizar-se no prazo de trinta a cento e vinte dias, a contar da data da publicação no Diário Oficial do Estado da aprovação das inscrições, de acordo com o artigo 134 do Regimento Geral da USP.

§ 2º - A convocação para as provas será publicada no Diário Oficial do Estado no mínimo 5 (cinco) dias úteis antes de sua realização.

3. O concurso será realizado segundo critérios objetivos, em duas fases, por meio de atribuição de notas em provas, assim divididas:

I - 1ª fase (eliminatória) - prova escrita - peso 2 (dois);

II - 2ª fase - a) julgamento do memorial com prova pública de arguição - peso 4 (quatro);

b) prova didática – peso 4 (quatro).

§ 1º – A convocação dos inscritos para a realização das provas será publicada no Diário Oficial do Estado.

§ 2º – Será eliminado do presente certame, sem prejuízo de eventuais sanções legais cabíveis, o candidato que, a qualquer tempo:

a) chegar após o horário estabelecido para o início dos trabalhos do concurso ou de qualquer uma das provas, inclusive para o sorteio de ponto, se houver;

b) deixar de comparecer quando solicitada sua presença nas fases do concurso ou se ausentar das provas sem autorização da Comissão Julgadora;

c) efetuar, nos documentos de prova que exija o anonimato da autoria, qualquer sinal, marca, rubrica, anotação ou assinatura que permita sua identificação;

d) adotar comportamento inadequado ou que venha a tumultuar a realização das provas ou de quaisquer outras etapas do certame, perturbando a ordem dos trabalhos por meio de manifestações verbais ou conduta incompatível com a lisura e a tranquilidade do ambiente;

e) portar arma de fogo no local de realização das provas, ainda que possua autorização legal para o respectivo porte, ressalvados os casos excepcionais previstos em lei e expressamente autorizados pela Comissão Julgadora.

§ 3º - Na avaliação das provas pela comissão julgadora, será considerada a finalidade externada para a criação da vaga (concessão do cargo docente) à qual se destina o presente concurso, disponível no anexo ao presente edital.

4. À prova escrita aplicam-se as seguintes normas:

I – com exceção do presidente da Comissão Julgadora, que deverá estar presente no local do concurso junto aos candidatos, os demais examinadores poderão participar à distância nesta prova;

II – a Comissão Julgadora se reunirá, por no máximo 60 (sessenta) minutos a contar da data e horário previstos em edital para o início da prova, para organizar uma lista de dez pontos, com base no programa do concurso, e dela dará conhecimento aos candidatos;

III – será sorteado um ponto para a elaboração da prova, iniciando-se a realização imediatamente;

IV – durante os sessenta minutos iniciais, será permitida a consulta a material bibliográfico impresso (livros, capítulos, artigos), vedado o acesso a fichamentos elaborados previamente pelo candidato, bem como a dispositivos eletrônicos e à internet;

V – finalizado o período de consulta, as anotações efetuadas em papel rubricado pelo Presidente da Comissão Julgadora poderão ser utilizadas para a realização da prova, que terá o prazo máximo de 4 (quatro) horas;

VI – as anotações deverão ser anexadas ao texto final;

VII – cada prova será avaliada individualmente por cada um dos membros da Comissão Julgadora, com a indicação sucinta dos motivos de sua avaliação, assegurado o anonimato da autoria durante o processo de correção

§ 1º – O candidato poderá propor a substituição de pontos, imediatamente após tomar conhecimento de seus enunciados, se entender que não pertencem ao programa do concurso, cabendo à comissão julgadora decidir, de plano, sobre a procedência da alegação.

§ 2º – Se houver participação de examinadores à distância, a reunião da Comissão Julgadora será suspensão por 30 (trinta) minutos, caso verificado problema técnico que impeça a adequada participação de qualquer examinador.

§ 3º – Ultrapassado o prazo previsto no § 2º, sem que o problema técnico tenha sido resolvido, o concurso será suspenso, cabendo ao presidente da Comissão Julgadora definir e publicizar o horário de sua retomada.

§ 4º – Todas as ocorrências deverão ser registradas no relatório final.

§ 5º – Deverá ser utilizado sistema eletrônico seguro adotado pela Universidade nas atividades do concurso que exijam a reunião da Comissão Julgadora em sessão secreta.

5. Ao término da apreciação da prova eliminatória, cada candidato terá de cada examinador uma nota final, observada a eventual aplicação da pontuação diferenciada nos termos do item 9 deste Edital.

§ 1º - As notas serão divulgadas em sessão pública pela Comissão Julgadora.

§ 2º - Serão considerados habilitados para a 2ª fase os candidatos que obtiverem, da maioria dos membros da Comissão Julgadora, nota da fase eliminatória mínima 7 (sete).

6. O julgamento do memorial, expresso mediante nota global, incluindo arguição e avaliação, deverá refletir o mérito do candidato.

§ 1º – No julgamento do memorial, a comissão apreciará:

I – produção científica, literária, filosófica ou artística;

II – atividade didática universitária;

III – atividades relacionadas à prestação de serviços à comunidade;

IV – atividades profissionais ou outras, quando for o caso;

V – diplomas e outras dignidades universitárias.

§ 2º - Finda a arguição de todos os candidatos, a Comissão Julgadora se reunirá em sessão secreta, ocasião em que cada examinador elaborará parecer escrito circunstanciado sobre os memoriais de cada candidato e conferirá as notas respectivas.

7. A prova didática será pública, com a duração mínima de quarenta e máxima de sessenta minutos, e versará sobre o programa da área de conhecimento previsto neste Edital.

I – o candidato escolherá o tema com base no programa do concurso;

II – o candidato poderá utilizar o material didático que julgar necessário;

III – quando atingido o 60º (sexagésimo) minuto de prova, a Comissão Julgadora deverá interromper o candidato;

IV – se a exposição do candidato encerrar-se aquém do 40º (quadragésimo) minuto de prova, deverão os examinadores conferir nota zero ao candidato na respectiva prova.

V – ao final da apresentação, os membros da Comissão Julgadora poderão solicitar esclarecimentos ao candidato, não podendo o tempo máximo, entre perguntas e respostas, exceder 06 (seis) minutos por examinador ou 30 (trinta) minutos no total;

VI – As notas da prova didática serão atribuídas após o término das provas de todos os candidatos.

Parágrafo único – A pertinência do tema em relação ao programa do concurso será considerada pela Comissão Julgadora na atribuição da nota.

8. Ao término da apreciação das provas, cada candidato terá de cada examinador uma nota final que será a média ponderada das notas por ele conferidas nas duas fases, observados os pesos mencionados no item 3 e a eventual aplicação da pontuação diferenciada nos termos do item 9 deste edital.

9. Aplicar-se-á pontuação diferenciada aos candidatos pretos, pardos e indígenas, nos termos ora especificados.

§ 1º - A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do concurso público é:

$$PD = (MCA - MCPPI) / MCPPI$$

Onde:

- PD é a pontuação diferenciada, calculada por examinador, a ser acrescida às notas, em cada fase do concurso público, de todos os candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

- MCA é a pontuação média da concorrência ampla entre todos candidatos que pontuaram, excluindo-se os inabilitados, ou seja, os que não obtiveram, da maioria dos examinadores, nota final mínima 7 (sete). Entende-se por “ampla concorrência” todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas e aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

- MCPPI é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo-se os inabilitados.

§ 2º - A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do concurso público é:

$$\text{NFCPPI} = (1 + \text{PD}) * \text{NSCPPI}$$

Onde:

- NFCPPI é a nota final na fase do concurso público, após a aplicação da pontuação diferenciada e que gerará a classificação do candidato na etapa do concurso público, limitada à nota máxima prevista em edital. Ao término da fase de concurso público, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

- NSCPPI é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada.

§ 3º - Os cálculos a que se referem os §§ 1º e 2º deste item devem considerar duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

§ 4º - A pontuação diferenciada (PD) prevista neste item aplica-se a todos os beneficiários habilitados, ou seja, aos que tenham atingido o desempenho mínimo estabelecido no edital do certame, considerada, para este último fim, a nota simples.

§ 5º - Na inexistência de candidatos beneficiários da pontuação diferenciada entre os habilitados, não será calculada a pontuação diferenciada.

§ 6º - A pontuação diferenciada não será aplicada quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

10. As notas das provas poderão variar de zero a dez, com aproximação até a primeira casa decimal.

11. O resultado do concurso será proclamado pela comissão julgadora imediatamente após seu término, em sessão pública.

12. Serão considerados habilitados os candidatos que obtiverem, da maioria dos examinadores, nota final mínima 7 (sete).

13. A indicação dos candidatos será feita por examinador, segundo as maiores notas por ele conferidas e, no caso de empate, o examinador fará o desempate motivando sua decisão.

14. Será proposto para nomeação o candidato que obtiver o maior número de indicações da comissão julgadora.

Parágrafo único – O empate nas indicações será decidido pela Comissão Julgadora de acordo com a maior média geral obtida e, persistindo o empate, esta realizará o desempate motivando sua decisão.

15. O relatório da Comissão Julgadora deverá ser apreciado pela Congregação, para fins de homologação, após exame formal, no prazo máximo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo único – A decisão da Congregação e o relatório da Comissão Julgadora deverão ser publicados no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

16. Caberá recurso, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da publicação do respectivo ato no Diário Oficial do Estado, sob pena de preclusão, nas seguintes hipóteses:

I – decisão da Congregação que constituir a Comissão Julgadora;

II – apreciação das inscrições pela Congregação, no que tange aos requisitos formais;

III – homologação do relatório final da Comissão Julgadora pela Congregação.

§ 1º – A avaliação de mérito dos candidatos é atribuição exclusiva e indelegável da Comissão Julgadora, não cabendo às instâncias recursais sua reanálise, mas tão somente a verificação da legalidade e regularidade do processo avaliativo.

§ 2º – Os recursos interpostos com fundamento no inciso I deste item, após apreciação da Congregação, somente terão prosseguimento para as instâncias superiores após eventual homologação pela Congregação do relatório final do certame.

§ 3º – No processamento dos recursos interpostos com fundamento no inciso III deste artigo, será garantida ao candidato indicado a faculdade de manifestação, em sede de contrarrazões, no prazo de 10 (dez) dias contados de sua intimação para tanto.

17. A posse do candidato indicado ficará sujeita à aprovação em exame médico realizado pelo Departamento de Perícias Médicas do Estado – DPME, nos termos do Artigo 47, VI, da Lei nº 10.261/68.

18. A nomeação do docente aprovado no concurso assim como as demais providências decorrentes serão regidas pelos termos da Resolução nº 7271 de 2016.

19. O docente em RDIDP deverá manter vínculo empregatício exclusivo com a USP, nos termos do artigo 197 do Regimento Geral da USP.

20. O concurso terá validade imediata e será proposto para nomeação somente o candidato indicado para o cargo posto em concurso.

21. O candidato será convocado para posse pelo Diário Oficial do Estado.

22. Esclarecimentos sobre o presente edital poderão ser fornecidos pela Divisão Acadêmica da Escola de Comunicações e Artes. da Universidade de São Paulo, no endereço concursoseca@usp.br <https://www.eca.usp.br/assistencia-academica/concursos>.

– Anexo – Justificativa para concessão do claro Docente – OF. GR/341 - Escola de Comunicações e Artes - Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo

Autorização CCD	Data	Unidade	Departamento
GR/Circ/341	10/04/2025	Escola de Comunicações e Artes	Relações Públicas, Propaganda e Turismo

Situação Atual do Departamento/Área

As Comissões de Coordenação de Cursos (CoCs) nas reestruturações curriculares dos 3 Cursos do CRP estão implicadas na indicação das concessões de claros em sintonia com os novos currículos e de futuras disciplinas intradepartamento e interdepartamentais, no âmbito da ECA. A solicitação do claro se conforma nesse contexto, com a inovação de conteúdos curriculares do Curso de Relações Públicas. As novas contratações a partir de 2021 a 2025 trouxeram 6 vagas, equilibrando o quadro docente em todos os Cursos, estabilizando a oferta qualificada de ensino de graduação, em função de perdas anteriores de vagas docentes não repostas até 2021. Hoje o CRP possui 29 docentes. Ressalta-se que até 2027 ocorrerão novas aposentadorias que podem chegar a 1/3 do total dos docentes do Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo (CRP). O contexto é uma convocação para a renovação dos cursos do CRP, a partir de novas ideias e contratação de professores que pensem o futuro e inovações para os Cursos de Relações Públicas, Publicidade e Propaganda e Turismo no CRP.

Objetivo Geral da Contratação do Docente

Com inovações de conteúdos para o Curso de Relações Públicas que atendem aos eixos de formação em Comunicação das DCN's deste Curso, a vaga se destina à área de Relações Públicas, Opinião Pública e Sociedade, às disciplinas CRP0428 - Comunicação Digital e as Novas Mídias e CRP0537 - Introdução à Ciência Política, considerando a importância do mundo digital no cenário político.

Plano Individualizado

Ensino - Metas

Ensino de Graduação: espera-se que o(a) docente assuma carga horária correspondente às disciplinas do concurso, conduza ao menos 4 orientações de TCC e apresente no mínimo um projeto PUB na área de ensino ou de monitoria no triênio. Ensino de Pós-Graduação: O ensino de Pós-graduação não é solicitado de imediato, mas considera-se um bom indicador do desenvolvimento docente (a médio prazo). Espera-se que ao final do estágio probatório, o (a) docente esteja credenciado (a) para ministrar disciplina em algum dos programas de pós-graduação da ECA-USP com adesão à sua expertise, bem como, na sequência, credenciar-se à orientação em níveis de mestrado e de doutorado.

Pesquisa e Inovação - Metas

O projeto de pesquisa deve ser sobre tema da área de Relações Públicas no âmbito da análise crítica das novas tecnologias e seu uso nos impactos sobre a sociedade – economia, política, cultura etc -, podendo ter conexão com os conhecimentos relativos às disciplinas de graduação que o(a) docente ministra. Essa pesquisa deve gerar produção científica com as seguintes metas: 2 artigos em periódicos anuais qualificados da área nacional ou internacional, a cada ano, e uma participação anual em evento científico (nacional ou internacional) com publicação completa em anais, totalizando 6 produtos em periódicos qualificados na sua área de atuação e 3 participações em eventos científicos (nacional ou internacional) com publicações completas em anais, ao final do estágio probatório. Espera-se, ainda, no triênio que o (a) docente oriente ao menos uma Iniciação Científica ou um Projeto PUB de Pesquisa vinculados a sua área de pesquisa.

Cultura e Extensão - Metas

Espera-se que o(a) docente promova anualmente, ao menos uma atividade de cultura e extensão. A disciplina Comunicação Digital e Novas Mídias, em especial, pode oferecer espaço para projetos neste âmbito, por isso se espera que o (a) docente apresente um projeto PUB Extensão no triênio. Tanto a comunidade USP quanto a comunidade externa têm grande necessidade e demanda relativa a qualificações e eventos sobre o tema ligado aos ambientes digitais. A disciplina Introdução à Ciência Política também pode ser vinculada a essa prática, pois o ambiente político amplia cada vez mais o uso de plataformas digitais e a sociedade requer habilidades para lidar com o uso de tecnologias, tais como a inteligência artificial.

Impacto Esperado com a Contratação

A contratação, pensa o futuro do curso, mantém o quadro docente e garante o atendimento das atividades didáticas das disciplinas obrigatórias pela DCNs (a **curto prazo**) e tem visão de mudança sobre a área, ao relacionar a Ciência Política à sua forma midiaticizada pelo mundo digital. A vaga oferece novas perspectivas à formação de RP. Busca-se profissionais de excelência para uma Universidade também de excelência e com visão de futuro.

Em uma sociedade globalizada, marcada pela revolução tecnológica da informação, novas exigências se colocam para os profissionais de Relações Públicas. Espera-se, em **médio prazo**, com a articulação dos saberes das disciplinas, desenvolva entre os estudantes do curso a habilidade de compreender as problemáticas contemporâneas, suas ambiguidades e impactos, promovendo visão crítica e sistêmica das políticas e da estratégia organizacional diante das demandas da sociais.

Longo prazo, busca-se abrir nova frente de pesquisa relacionada ao uso e impactos das tecnologias da informação, inteligência artificial e plataformas digitais no campo acadêmico e profissional em relações públicas, seja no âmbito público ou corporativo. A expectativa é que o docente dê continuidade à tradição da USP e da ECA em colocar o conhecimento à frente do tempo.